



Projecto de Energia Solar em África

Um consórcio de empresas alemãs vai lançar um projecto de captação de energia solar em África, no deserto do Sara, com um investimento de 400 mil milhões de euros. [Pag 2](#)

Cidade Velha de Santiago como Património da Humanidade

A Cidade Velha foi a primeira cidade construída pelos europeus nos trópicos e foi a capital inicial de Cabo Verde, quando era chamada de Ribeira Grande. [Pag 2/3](#)

Presidente Russo Visita África

O Presidente russo Dmitri Medvedev realizou em Junho uma visita a vários países africanos. Esta foi a primeira visita de Medvedev a África e a primeira em três anos de um líder russo. [Pag 3/4](#)

A Crise em Madagáscar

O antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi nomeado pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para coordenar o diálogo entre as partes em conflito com vista a encontrar uma solução da crise política que se abate sobre o Madagáscar. [Pag 4/5](#)

Portugal e São Tomé e Príncipe assinam Acordo de Paridade Cambial

Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram, em Julho, um acordo de cooperação cambial, o qual representa um importante instrumento de cooperação económica, visando o reforço da estabilidade macroeconómica e financeira deste país africano. [Pag 5](#)

Os Candidatos às Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique

Para as eleições presidenciais moçambicanas de 28 de Outubro foram apresentadas ao Conselho Constitucional (CC) nove candidaturas. [Pag 6/7](#)

O Níger e a União Europeia

O Presidente do Níger, Mamadou Tandja decidiu enfrentar a oposição, interna e externa, ao decidir alterar a Constituição do seu país de maneira a poder candidatar-se a um terceiro mandato presidencial. [Pag 7/8](#)

Negociações entre Marrocos e a Frente POLISARIO

O governo marroquino e representantes da Frente Popular de Libertación de Saguía el Hamra y Río de Oro (POLISARIO) reuniram-se, em Agosto, em Viena numa reunião informal destinada a preparar novas conversações oficiais sobre o Sara Ocidental. [Pag 8/9](#)

Diminuição do Comércio Chinês com Países Africanos Lusófonos

Segundo os dados dos Serviços de Alfândega da China, o comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa diminuiu 34,8% no primeiro semestre de 2009 em relação ao mesmo período do ano passado. [Pag 9](#)

II Cimeira América do Sul – África

Decorreu, entre os dias 22 a 27 de Setembro na Ilha Margarita, na Venezuela, a II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e de África. [Pag 10](#)

Tomada de Posse de Malan Bacai Sanha

O vencedor das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, Malan Bacai Sanhá, tomou posse como Presidente do país no passado dia 8 de Setembro. [Pag 11](#)

Ali Bongo vence Eleições no Gabão

Ali Ben Bongo venceu as eleições presidenciais de 30 de Agosto, marcadas antecipadamente devido à morte de Omar Bongo, pai do actual Presidente eleito, com 41 % dos votos. [Pag 11](#)

África do Sul e Angola Reforçam Relações

O Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, realizou em Agosto, a Angola a sua primeira visita de Estado desde que, em Maio, tomou posse. [Pag 11](#)

Relatório Doing Business 2010

O Banco Mundial e a Sociedade Financeira Internacional apresentaram o relatório "Doing Business 2010: Reforming through Difficult Times". [Pag 12](#)



Projecto de Energia Solar em África

■ Luís Castelo Branco

Um consórcio de empresas alemãs vai lançar um projecto de captação de energia solar em África, no deserto do Sara, com um investimento de 400 mil milhões de euros. Trata-se de mega-projecto de energia verde que pode vir a fornecer energia às casas e fábricas europeias. Os peritos calculam que o Desertec, como é conhecido o projecto, poderá estar operacional dentro de 10 anos e satisfazer pelo menos 15% das necessidades energéticas da Europa, podendo mesmo atingir os 20-25%.

O consórcio, que foi formado em Julho em Munique, é liderado pela seguradora Muenchener Rueck, e inclui a Siemens, o Deutsche Bank, a energética RWE Power e outros gigantes da indústria germânica.

A lista completa de participantes ainda não totalmente conhecida, mas deverá integrar outros nomes sonantes de vários ramos de actividade. Além disso, prevê-se a inclusão no projecto de vários ministérios alemães e também do Clube de Roma, que agrupa reputados cientistas, políticos e gestores. Deverão também ser conquistados a médio prazo mais parceiros europeus e africanos para o projecto, nomeadamente oriundos de Itália e Espanha.

A construção de centrais de energia solar no deserto africano deverá arrancar nos próximos três anos. O projecto implica a instalação de um mega-conjunto de centrais termo-solares no deserto do Norte de África. As centrais estarão equipadas com espelhos que reflectirão os raios solares, usando-os para aquecer água que por sua vez porá em funcionamento turbinas de vapor. Trata-se de um processo mais barato e mais eficiente do que a forma mais comum de aproveitamento da energia solar que faz uso de células fotovoltaicas para converter os raios solares em electricidade.



Cidade Velha de Santiago como Património da Humanidade

A Cidade Velha foi a primeira cidade construída pelos europeus nos trópicos e foi a capital inicial de Cabo Verde, quando era chamada de Ribeira Grande. A mudança de nome deveu-se à necessidade de se evitar confusões com uma povoação de outra ilha. A Cidade Velha nasceu e desenvolveu-se devido ao tráfico negreiro. A Cidade foi construída no século XV para servir de ponto de abastecimento para o comércio de escravos entre África e América.

Ao nível arquitectónico destaca-se o imponente forte, com as suas antigas peças de artilharia, e as ruínas da Sé Catedral. Devido à sua importância estratégica, a zona foi alvo de muitos ataques, principalmente por piratas, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A Cidade Velha foi sede do Governo do arquipélago até 1769, quando perdeu esse estatuto para a então Vila da Praia, hoje Cidade da Praia, capital do país.

Em 2000, iniciaram-se, sob coordenação do arquitecto português Siza Vieira, os trabalhos destinados a preparar a candidatura desta Cidade a Património Mundial da UNESCO.

O processo de candidatura da Cidade Velha arrastava-se há vários anos, mas ganhou um forte impulso após a apresentação da documentação da candidatura à UNESCO, a 31 de Janeiro de 2008. Meses depois, em Julho do ano passado, esteve em Cabo Verde uma missão da agência da ONU para avaliar o processo e comprovar as condições dessa candidatura.

A recuperação da Cidade Velha iniciou-se em finais da década de 80, financiada pela Cooperação Portuguesa e pela Cooperação Espanhola, tendo esta última investido na Cidade Velha mais de cinco milhões de euros, destinados à recuperação dos monumentos, reabilitação das moradias, mas também à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

A elevação da Cidade Velha a Património Mundial da Humanidade foi decidida na reunião do Comité da UNESCO, que se realizou a 22 de Junho em Sevilha. A Cidade Velha passou a figurar como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, com uma votação unânime dos países presentes na reunião de Sevilha do Comité do Património, apesar



Presidente Russo Visita África

das recomendações do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). A recomendação da ICOMOS ia no sentido de se adiar a inscrição para o próximo ano, para que se resolvessem os problemas que ainda existem quanto à pressão demográfica sobre o sítio histórico.

Face às recomendações apresentadas pela ICOMOS, as autoridades cabo-verdianas revelaram que estavam a trabalhar no sentido de impedir o avanço das habitações sobre a zona histórica e, simultaneamente, resolver vários erros do passado. Nesse sentido, foi criada uma comissão de gestão do património, cuja grande tarefa será de arranjar zonas de expansão para evitar a grande pressão habitacional que neste momento existe sobre Cidade Velha, de forma a preservar o centro histórico.

Esta foi a segunda vez que a Cidade Velha se candidatava a Património da Humanidade. Na década de 90, a candidatura não passou devido as falhas apontadas no processo.

O governo cabo-verdiano pretende agora avançar com uma nova candidatura, a qual já tinha sido anunciada em Abril último durante o Simpósio Internacional sobre o Campo de Concentração do Tarrafal. Nessa ocasião, as autoridades da Praia anunciaram a sua intenção do governo candidatar a vila do Tarrafal, a norte da ilha de Santiago, a Património Mundial da Humanidade. No entanto, na altura esta hipótese ficou dependente da decisão final da UNESCO sobre a Cidade Velha, uma vez que um país não pode apresentar simultaneamente dois locais ao estatuto de Património Mundial da Humanidade.

Para além da Cidade Velha, a UNESCO avaliou 27 candidaturas e aprovou 11 novos sítios culturais e dois naturais, além da extensão de três outros atribuiu este estatuto a mais onze localidades, entre elas as Ruínas de Loropéni no Burkina Faso.

Situadas perto da fronteira com a Costa do Marfim, o Gana e o Togo, as ruínas de Loropéni, com mais de 1.000 anos, no Burkina Faso, fazem parte de uma fortaleza em pedra na região de Lóbi na rota subsariana do ouro. Esta construção fazia parte de zona controlada pelo povo Koulango, o qual controlava a extracção de ouro na região e que teve o seu apogeu durante os séculos XIV e XVII.

O Presidente russo Dmitri Medvedev realizou em Junho uma visita a vários países africanos. Esta foi a primeira visita de Medvedev a África e a primeira em três anos de um líder russo. O grande objectivo foi o de reforçar os laços com diversos países africanos, tentando recuperar algum tempo perdido em relação à Europa, EUA e China.

Depois do fim da União Soviética, os laços, sobretudo ideológicos, que existiam com os países africanos diminuíram significativamente. A Rússia teve que se preocupar durante vários anos quer com a sua situação interna, quer com a situação dos seus vizinhos. Consolidada esta frente, a Rússia aspirar a recuperar o estatuto de actor mundial.

Esta visita abrangeu o Egipto, Nigéria, Namíbia e Angola. Em todos os países a intenção central da delegação russa foi a de criar condições para aumentar as suas exportações e assinar acordos de cooperação económica que permitam às empresas russas entrarem nos mercados africanos.

Em relação ao Egipto, principal parceiro comercial da Rússia em África, a finalidade da visita visava a assinatura de um acordo sobre a energia nuclear, pelo qual a Rússia ajudará as autoridades do Cairo a construir várias centrais nucleares.

Na Nigéria, Medvedev apoiou as intenções da empresa de gás russa GAZPROM no sentido de conseguir novos contratos relativos à construção de novos pipelines que deverão levar o gás nigeriano até à Europa. Paralelamente, a Rússia mostrou-se disponível para a ajudar a Nigéria a desenvolver centrais nucleares. Esta hipótese levantou alguns protestos na Nigéria, pois vários sectores nigerianos não vêm a necessidade do país desenvolver a energia nuclear devido às suas enormes reservas de petróleo e gás natural.

Relativamente à Namíbia, a visita pretendeu reforçar a cooperação na área da exploração diamantífera, hidrocarbonetos e urânio. Várias empresas russas estão envolvidas na prospecção de urânio na Namíbia. Na sequência desta visita, o banco russo Gasprombank e a Corporação Petrolífera Nacional da Namíbia celebraram um acordo sobre o financiamento para a construção de uma central eléctrica com turbinas a gás, de 800 megawatts. Uma grande parte da energia eléctrica, produzida nesta central, será fornecida à África do Sul.

Particularmente esperada era a visita do Presidente russo a Luanda. Estes dois países tiveram um forte relacionamento após a independência de Angola. O fim da Guerra-fria e da guerra civil



angolana, fez diminuir a intensidade das relações, situação que Medvedev pretendeu inverter.

No plano económico a visita saldou-se por um aprofundamento do relacionamento bilateral com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnico-Científico e Económico. Por outro lado, a Rússia mostrou-se disponível para financiar duas novas barragens no rio Kwanza, ao longo do corredor Malange/Kwanza Norte, que poderão produzir dois mil megawatts.

A visita de Medvedev foi preparada com todo o cuidado, nomeadamente pelo Ministro das Relações Externas de Angola, que se deslocou a Moscovo com o propósito de acertar os pormenores desta visita. Os últimos passos preparatórios para a deslocação de Medvedev a Luanda foram dados durante a visita de um enviado especial do Chefe de Estado da Rússia a Luanda, Alexey Vassiliev, para um encontro com as autoridades angolanas, incluindo o Presidente, José Eduardo dos Santos.

A presença de Medvedev em Luanda surge como consequência natural da intensificação das relações entre os dois países e que teve um primeiro impulso, em 2006, com a visita do Presidente José Eduardo dos Santos à Rússia.

Durante a visita do Presidente russo, foram assinados vários instrumentos jurídicos que incidiram sobre a promoção e protecção recíproca de investimentos, a cooperação económica, técnica, científica e cultural de médio prazo (2009/2013), sobre a aviação civil e sobre o ensino superior.

Além destas, outras áreas de interesse ganharam especial relevância, como por exemplo as da energia, da geologia e minas, das telecomunicações por satélite, das infra-estruturas, da indústria extractiva, da formação de quadros, do ensino e investigação científica, da saúde e da cooperação técnico-militar. De salientar o apoio que a Rússia irá dar ao lançamento do satélite de comunicações angolano Angosat.

Apesar de ter algum atraso em relação a outros actores externos, a Rússia possui alguns trunfos para relançar a sua presença em África. Em muitos países africanos ainda é utilizado equipamento soviético e, ainda hoje, estão em áreas chave das economias africanas, técnicos que receberam a sua formação na União Soviética ou já na Rússia.

A Crise em Madagáscar

O antigo Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, foi escolhido pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para coordenar o diálogo entre as partes em conflito com vista a encontrar uma solução para a crise política que se abate sobre o Madagáscar. Esta nomeação surgiu durante a Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e Governo da SADC, realizada na África do Sul com o propósito único de avaliar a situação política e de segurança naquele país.

Desde que abandonou a vida política activa, o antigo presidente moçambicano tem-se dedicado, através da Fundação Joaquim Chissano, a trabalhar para a resolução de conflitos em África. Chissano foi o primeiro vencedor do Prémio Mo Ibrahim para o Sucesso na Liderança Africana, o qual pretende premiar os líderes africanos que tenham dado provas de excelência na liderança política.

Os líderes da SADC, manifestaram a sua preocupação com o agravamento da situação política em Madagáscar, caracterizado pelo aumento das hostilidades entre os grupos políticos. Madagáscar mergulhou numa forte crise política resultante da disputa entre o deposto Presidente eleito, Marc Ravalomanana, e o auto-proclamado líder, Andry Rajoelina, antigo Presidente da capital, Antananarivo.

A crise provocou violentos confrontos entre os apoiantes das duas partes, os quais se traduziram em mais de uma centena de mortos e uma enorme destruição na capital. O Presidente Marc Ravalomanana, abandonado pelo exército e perante a pior crise que conheceu desde a sua ascensão ao poder em 2002, demitiu-se a 17 de Março e entregou o poder a uma comissão militar. Esta transferiu de imediato os poderes para Andry Rajoelina, então líder da oposição.

A destituição de Marc Ravalomanana foi considerada Golpe de Estado pela Comunidade Internacional, tendo a SADC e a União Africana decidido suspender Madagáscar.

Face aos poucos progressos no diálogo entre as partes, a SADC apostou numa mediação em estreita colaboração com a União Africana (UA), as Nações Unidas e a Organização Internacional dos Estados Francófonos. Esta mediação pretendia utilizar a forte pressão internacional para obrigar as partes a chegarem a um acordo. Para tal foi convocada uma reunião para Maputo. Joaquim Chissano, nomeado mediador da crise, recebeu um forte apoio do comité pelos os esforços que desenvolveu visando ajudar o país a restaurar a normalidade constitucional.



Portugal e São Tomé e Príncipe assinam Acordo de Paridade Cambial

Segundo o Secretário Executivo da SADC, Tomaz Salomão, o encontro de Maputo teve por objectivo trazer as partes à mesa das negociações para que pudessem acordar no passo a seguir, com vista à normalização das relações tanto entre eles como em relação à SADC, que suspendeu o país do bloco após o derrube, em Março último, de Marc Ravalomanana.

No encontro de Maputo, estiveram presentes: o líder da Alta Autoridade malgaxe, Andry Rajoelina, e os ex-presidentes Marc Ravalomanana, Didier Ratsiraka e Albert Zafy.

O encontro culminou com uma Declaração de Princípios entre as partes naquilo que foi considerado um sucesso da diplomacia moçambicana. Segundo esta Declaração, os processos judiciais contra o deposto Presidente de Madagáscar Marc Ravalomanana e o seu antecessor Didier Ratsiraka foram anulados. O primeiro, exilado na França desde 2002 tinha sido condenado por desvio de fundos públicos por Marc Ravalomanana e este sentenciado, também à revelia, por Andry Rajoelina por corrupção e alegada responsabilidade na morte de dezenas de pessoas durante os tumultos que levaram à sua deposição. Marc Ravalomanana encontra-se exilado na África do Sul.

Estas decisões constam da Declaração Política de Maputo pelos quatro líderes políticos daquele país do Indico, comprometendo-se todos eles a favorecerem o estabelecimento de um governo de unidade nacional de transição, referendar a Constituição e organizar eleições dentro de um período de 15 meses, num entendimento considerado como um grande sucesso para a diplomacia moçambicana.

O governo de unidade nacional de transição será constituído por um primeiro-ministro de consenso, três vice-primeiros-ministros e 28 ministros. O acordo prevê um órgão legislativo bicameral, um conselho nacional de reconciliação, um tribunal supremo de transição e uma comissão eleitoral independente. Nos termos do acordo, os ex-presidentes Didier Ratsiraka e Albert Zafy terão o estatuto de senadores vitalícios.

O Presidente deposto Marc Ravalomanana garantiu aos seus compatriotas e à Comunidade Internacional que, por vontade própria, não fará parte do processo de transição, no supremo interesse da nação e que só regressará a Madagáscar logo que as condições políticas estiverem criadas.

Portugal e São Tomé e Príncipe assinaram, em Julho, um acordo de cooperação cambial, o qual representa um importante instrumento de cooperação económica, visando o reforço da estabilidade macroeconómica e financeira deste país africano. Este acordo visa sustentar a paridade cambial entre a dobra (moeda são-tomense) e o euro, o qual será apoiado por uma linha de crédito, no valor de 25 MUSD, que o Governo português colocou à disposição de São Tomé e Príncipe. Esta linha de crédito poderá ser activada se houver algum problema com as reservas cambiais santomenses.

O acordo assinado foi o culminar de um ano de trabalho conjunto, desencadeado em Julho de 2008, com um Memorando de Entendimento entre os dois Ministros das Finanças, envolvendo, em particular, uma intensa cooperação técnica e política entre os dois Ministérios das Finanças e os Bancos Centrais de ambos os países.

O acordo prevê a criação de uma Comissão Conjunta, a qual vai nos próximos tempos trabalhar no sentido de garantir a convergência de todos os indicadores económicos de São Tomé e Príncipe, com vista a atingir a paridade cambial. São Tomé e Príncipe pretende atingir esta meta em Janeiro de 2010.

Este acordo vai apoiar as actividades comerciais no Arquipélago as quais, até agora, estavam sujeitas à permanentemente depreciação da dobra face ao euro, uma vez que grande parte das importações santomenses são oriundas da zona euro. Com uma paridade fixa entre o euro e a dobra, a maior parte desses problemas deixam de existir.

Por outro lado, espera-se que com a paridade cambial fixada ao euro haja uma tendência de diminuição da taxa de inflação no país, o que permitirá igualmente uma descida da taxa de juro sobre os créditos concedidos pelos bancos.

Este acordo surge no quadro do projecto do Governo são-tomense para o novo ciclo económico, que inclui o reforço da reforma das finanças públicas e o rigor na política monetária e fiscal. A par do fortalecimento da estabilidade macroeconómica e financeira deste país africano, o acordo contribuirá ainda para a consolidação das relações bilaterais entre Portugal e São Tomé e Príncipe, fomentando o aumento das trocas comerciais e do investimento.

O acordo assinado foi mais um elemento na forte cooperação que existe entre Portugal e São Tomé e Príncipe na área das finanças. Neste contexto, Portugal tem vindo a apoiar o processo em curso de reforma financeira do Estado santomense, para o qual assume especial relevância o reforço da capacitação de serviços e funcionários do Ministério do Plano e Finanças de São Tomé e Príncipe. O apoio a esta reforma é um dos grandes objectivos que é o objectivo principal do PICATfin – Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas, assinado entre os dois países em Abril de 2008, e que vigorará no período de 2008 a 2011.



Os Candidatos às Eleições Presidenciais e Legislativas em Moçambique

Para as eleições presidenciais moçambicanas de 28 de Outubro foram apresentadas ao Conselho Constitucional (CC) nove candidaturas.

Os candidatos iniciais foram: Armando Guebuza, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e actual chefe de Estado, Daviz Simango, Presidente do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e actual Presidente do Município da Beira, Afonso Dhlakama, da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Yacub Sibindy, do Partido Independente de Moçambique (PIMO), Raul Domingos, do Partido para Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), Khalid Sidat, da Aliança Independente de Moçambique (ALIMO), Leonardo Cumbe, do Partido Unido de Moçambique da Liberdade Democrática (PUMILD), José Ricardo Viana, da União dos Democratas de Moçambique – Partido Popular (UDM-PP) e Artur Jaquene, da Coligação União Eleitoral, organização constituída pelos Partidos Ecológico de Moçambique (PEMO) e da Unidade Nacional (PUN).



28 OUTUBRO 2009

Eu vou Votar ✓

A apresentação de candidaturas à Presidência da República, teve o seu início em finais de Abril, com a divulgação da Deliberação 1/2009/CC, de 23 de Abril, sobre os requisitos legais exigidos para a candidatura, tendo terminado no dia 29 de Julho, com nove concorrentes

inscritos. Recebidas as candidaturas, o CC analisou os processos recebidos para verificar as possíveis irregularidades.

Ao terminar a verificação dos processos, o CC apenas considerou três das nove candidaturas, tendo excluído seis devido a irregularidades verificadas nas assinaturas dos eleitores proponentes dessas candidaturas. De acordo com a legislação em vigor, cada concorrente deve apresentar a sua candidatura apoiada num número mínimo de 10.000 eleitores devidamente identificados, cujas assinaturas deverão ser reconhecidas notarialmente.

Embora todas as nove candidaturas tenham apresentado um número muito superior de assinaturas ao exigido, todas elas viram muitas serem consideradas inválidas devido à falta de coincidência entre os nomes e os números de eleitores. Por outro lado, também se verificaram inúmeras repetições de nomes. Perante esta situação, seis candidaturas ficaram abaixo das 10.000 assinaturas, razão pela qual foram excluídos.

No leque dos excluídos incluem-se Raul Domingos e Yacub Sibindy, os quais já tinham concorrido em actos anteriores e por isso tinham experiência que lhes deveria ter permitido estar a salvo deste tipo de situações.

Perante esta realidade, o conjunto de candidatos às eleições presidenciais resumiram-se a três: Armando Guebuza, Afonso Dhlakama e Daviz Simango.

A esta decisão da CNE juntou-se uma outra pela qual foram excluídos das eleições legislativas, diversos partidos por não cumprirem todos os requisitos. De acordo com as decisões da CNE, apenas as candidaturas da FRELIMO e RENAMO, disputaram os 13 círculos eleitorais, um por cada uma das 10 províncias, um pela Cidade de Maputo e dois para os moçambicanos na diáspora.

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) concorreu apenas em quatro dos 13 círculos eleitorais moçambicanos, após a Comissão Nacional de Eleições (CNE) ter detectado irregularidades na candidatura do partido liderado por Daviz Simango. Deste modo, o MDM concorreu apenas nos círculos eleitorais da cidade de Maputo, Inhambane (sul), Sofala (centro) e Niassa (norte).

Além do MDM, o órgão eleitoral chumbou outros sete partidos sem representação parlamentar e três coligações, por alegadamente não



O Níger e a União Europeia

conseguirem suprir as insuficiências em tempo útil. A CNE apontou a não apresentação do número de mandatos suficientes e a falta de documentos dos eleitores que suportam as candidaturas como alguns dos motivos que levaram a chumbar as candidaturas dos 10 partidos e coligações políticas moçambicanos.

Partidos e Coligações aceites¹

Partidos Políticos:

PLD – Partido de Liberdade e Desenvolvimento
ECOLOGISTA – MT – Partido Ecologista Movimento de Terra
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique
PAZS – Partido de Solidariedade e Liberdade
MPD – Partido Movimento Patriótico para Democracia
PARENA – Partido de Reconciliação Nacional
MDM – Partido Movimento Democrático de Moçambique
ALIMO – Partido de Aliança Independente de Moçambique
PT – Partido Trabalhista
UDM – Partido União Democrática de Moçambique
PDD – Partido para Paz Democracia e Desenvolvimento
PVM – Partido Os Verdes de Moçambique
PANAMOC – Partido Nacional dos Operários e Camponeses
UM – Partido União para a Mudança
PRDS – Partido de Reconciliação Democrática Social
PPD – Partido Popular de Desenvolvimento

Coligações

ADACD – Coligação Aliança Democrática de Antigos Combatentes
UE – Coligação União Eleitoral

Listas de candidaturas rejeitadas

Partidos Políticos

PIMO – Partido Independente de Moçambique
SOL – Partido Social e Liberal democrático
PASOMO – Partido de Ampliação Social
PCD – Partido conservador democrático
PPLM – Partido Progressista Liberal
PANAMO – Partido Nacional de Moçambique

Coligações

UNO – Coligação União Nacional de Oposição
UD – Coligação União democrática
UPM – Coligação Unidos por Moçambique

O Presidente do Níger, Mamadou Tandja enfrentou a oposição, interna e externa, ao decidir alterar a Constituição do seu país de maneira a poder candidatar-se a um terceiro mandato presidencial. Esta decisão, que não é inédita em África, levantou desde logo um coro de protestos.

De acordo com a Constituição em vigor, o Presidente Tandja deveria abandonar o poder na altura que terminasse o seu segundo mandato presidencial, ou seja, em Dezembro de 2009,

Sob o pretexto de necessitar mais tempo para terminar os seus grandes projectos, nomeadamente, a construção de uma refinaria de petróleo, uma barragem no rio Níger e novas explorações de urânio, o Presidente Tandja decidiu convocar um referendo com vista a alterar a Constituição. Segundo os apoiantes do Presidente, estes projectos poderão permitir a melhorar a vida da população do país, o qual é um dos mais pobres do mundo.

Ao longo da sua vida Mamadou Tandja esteve sempre ligado à vida política do seu país. Como militar tomou parte no golpe de estado que derrubou, em 1974, o Presidente Hamani Diori. Foi nomeado Ministro do Interior e depois assumiu o lugar de Embaixador durante vários anos.

Depois de se ter reformado, em Dezembro de 1999, regressou à vida política activa quando foi eleito Presidente num processo considerado livre e justo. Em 2004 foi reeleito.

Depois de vários anos de crescimento económico e estabilização, o país conheceu em 2005 os primeiros sinais de contestação social. Estes protestos aconteceram devido à seca que atingiu o país e que provocou graves problemas económicos e sociais. O governo de Tanja foi acusado de nada fazer perante a grave crise alimentar que o país enfrentou.

No referendo, realizado a 4 de Agosto, os nigerinos aprovaram largamente o projecto de reforma constitucional submetido pelo Presidente Mamadou Tandja. Segundo os resultados globais divulgados pela Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), o “SIM” obteve 92,50% dos votos (3.740.757 votos) e o “NÃO” obteve 7,50% (300.339 votos). O referendo obteve uma taxa de participação de 68,26%.

¹ Eleições 2009 - Boletim sobre o Processo Eleitoral em Moçambique, 11/09/2009, COP & AWEPA: www.eleicoes2009.cip.org.mz



Negociações entre Marrocos e a Frente POLISARIO

Além da prolongação do mandato do Presidente, o projecto de Constituição submetido aos cidadãos nigerinos institui um regime presidencialista e uma nova câmara, o Senado.

A União Europeia decidiu suspender a sua ajuda orçamental ao Níger para protestar contra as medidas, nomeadamente o referendo, tomadas pelo Presidente Mamadou Tandja para se manter no poder. A decisão foi comunicada ao Presidente nigerino pelo Comissário Europeu para o Desenvolvimento, Louis Michel, informando que a União Europeia pretende suspender o resto da sua ajuda ao Níger, em aplicação das disposições do Acordo de Cotonou. A UE está fortemente presente no Níger em projectos rodoviários e no financiamento dos sectores da saúde e da educação.



O governo marroquino e representantes da Frente Popular de Liberación de Saguía el Hamra y Río de Oro (POLISARIO) reuniram-se, em Agosto, em Viena numa reunião informal destinada a preparar novas conversações oficiais sobre o Sara Ocidental.

Desde Junho de 2007, Marrocos e o movimento independentista do POLISARIO levaram a cabo quatro rondas de discussões em Manhasset, nos arredores de Nova Iorque, mas sem qualquer avanço significativo.

O encontro, que se realizou à porta fechada, foi organizado pelo diplomata norte-americano Christopher Ross, actual enviado especial do Secretário-geral da ONU para o Sara Ocidental. Neste encontro estiveram igualmente presentes representantes da Argélia (o grande apoio regional da Frente POLISARIO) e da Mauritânia.

O grande objectivo deste encontro foi o de encontrar plataformas de entendimento para se iniciar uma fase de negociações entre as partes para encontrar uma solução para o território do Sara Ocidental.

O Ministro marroquino dos Negócios Estrangeiros, Taib Fassi-Fihri, reiterou a posição do seu governo de aceitar novas negociações desde que as mesmas não impliquem um regresso ao início do processo. Para Marrocos, a missão do novo enviado da ONU apenas se deve limitar a actuar no quadro da Resolução 1813 do Conselho de Segurança (CS) da ONU².

Marrocos demonstrou a abertura para se avançar para um processo regionalização alargada nas suas províncias do sul (designação marroquina para o Sara Ocidental), no quadro da autonomia, e, é neste quadro, que está disposta negociar com a Frente POLISARIO.

Em Abril de 2007, Marrocos submeteu à ONU um projecto de autonomia alargada sob a sua soberania para as populações do Sara Ocidental, ex-colónia espanhola, ocupada por Marrocos depois da saída da Espanha em 1975.

A Frente POLISARIO e os seus aliados, nomeadamente a Argélia onde se concentram muitos refugiados sarauís, defendem que a solução para o futuro do Sara Ocidental passa pela convocação de um referendo



Diminuição do Comércio Chinês com Países Africanos Lusófonos

de autodeterminação alusiva à independência desse território.

Este novo esforço diplomático surge num altura em que a situação dos refugiados sarauís na Argélia é particularmente complicada devido à falta de verbas para a sua sobrevivência. Esta realidade foi constatada pelo Alto-comissário da ONU para os Refugiados, António Guterres, durante uma visita efectuada aos campos sarauís em Tindouf. Segundo a Frente POLISARIO existem actualmente nestes campos cerca de 165 mil refugiados, os quais enfrentam condições muito difíceis devido à aridez da região.

A obtenção de mais apoios internacionais para estes refugiados, foi uma das razões da deslocação de António Guterres à Argélia. Esta visita de António Guterres a Tindouf foi a segunda de um Alto-comissário dos Refugiados. A primeira foi feita há 33 anos, em 1976, pelo então responsável máximo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Sadruddin Aga Khan.

Face a esta situação, em finais de Julho, as Nações Unidas desbloquearam cerca de um milhão de euros do Fundo Central de Intervenção de Emergência para reforçar o programa de assistência humanitária aos refugiados sarauís. Paralelamente, o ACNUR lançou um pedido de 4,2 milhões de euros para ajudar os refugiados.



Segundo os dados dos Serviços de Alfândega da China, o comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa diminuiu 34,8% no primeiro semestre de 2009 em relação ao mesmo período do ano passado. As importações da China face aos oito países lusófonos caíram 36,61% entre Janeiro e Junho, enquanto o volume das exportações chinesas também registaram uma queda homóloga de 30,6%.

A redução do volume do comércio contraria a tendência de crescimento que se registava desde 2003, com o estabelecimento do Fórum Macau, e que em 2008 atingiu um recorde absoluto, com as trocas comerciais ultrapassando os 77 mil milhões de USD, o que correspondeu a uma subida de 66%.

Angola e Brasil registaram as maiores quebras nas trocas comerciais com o gigante asiático, enquanto que Timor-leste e Guiné-Bissau alcançaram os maiores aumentos.

Angola é, a seguir ao Brasil, o maior parceiro chinês dentro da lusofonia, tendo alcançado trocas comerciais no valor de 5,7 mil milhões de USD no primeiro semestre, menos 56,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

No âmbito das trocas comerciais, a China comprou, entre Janeiro e Junho de 2009, aos oito países de língua portuguesa (São Tomé e Príncipe não está directamente ligado ao Fórum por ter relações diplomáticas com Taiwan, mas integra a lista de trocas comerciais), produtos no valor de 16 mil milhões de USD e vendeu produtos no valor de 7,4 mil milhões de USD.

Timor-leste registou a melhor variação nas trocas comerciais com a China, de 119,6% no primeiro semestre para 6,43 milhões de USD, com as exportações da China a crescerem 119,5%.

Até Junho, o comércio com a Guiné-Bissau aumentou 43,4%, devido às exportações da China, as quais aumentaram 61,2 %.

² http://portugues.doingbusiness.org/documents/DB10_Overview_Portuguese.pdf



II Cimeira América do Sul - África

Decorreu, entre os dias 22 a 27 de Setembro na Ilha Margarita, na Venezuela, a II Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul e de África. Neste encontro estiveram presentes 28 chefes de Estado e de Governo, oito deles da América do Sul e 20 de países africanos.

A Cimeira pretendeu definir uma ampla aliança Sul-Sul, representando um peso económico significativo na cena internacional. Oito grupos de trabalhos foram formados, para discutir temas como a agricultura, a educação, a segurança e a paz, os assuntos sociais, o comércio, as infra-estruturas básicas e as instituições.

A primeira Cimeira África-América Latina foi realizada em Abuja, capital da Nigéria, em Novembro de 2006, tendo ficado decidido criar um fórum de cooperação entre a África e a América Latina.

Durante esta primeira Cimeira, o líder líbio Muammar Kadhafi, levantou diversos dossiês muito polémicos, nomeadamente a transferência das competências do Conselho de Segurança para a Assembleia-geral, o qual ele considera ser o Parlamento do mundo onde todos os países são iguais. Evocou igualmente a necessidade de transferência da sede da ONU para um outro país, afirmando que o "actual edifício em vidro", além de ser o alvo da parte de Al-Qaeda, revelava complicações de segurança impostas pelos EUA.

Durante a II Cimeira, o líder líbio voltou a levantar questões controversas como o direito da África em obter um assento permanente no Conselho da Segurança. Em alternativa, Kadhafi defendeu a atribuição dos assentos do Conselho da Segurança da ONU às uniões e espaços internacionais tais como a União Europeia ou a União Africana, por exemplo. Estes temas polémicos já tinham sido levantados, em Setembro, por Khadafi durante 64ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A necessidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU foi um tema igualmente abordado pelo Presidente brasileiro, Lula da Silva, o qual apelou aos líderes dos países da América do Sul e de África para trabalharem na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

órgão, que devido à sua composição actual, perdeu importância.

Os vários líderes presentes afirmaram a necessidade de dar voz ao peso destas duas regiões, as quais representam 65 países e mais de mil milhões de pessoas. Para além da aposta em posições comuns na esfera internacional, ambas as regiões pretendem continuar a aprofundar o relacionamento político e económico entre elas. Nos últimos seis anos o comércio entre as duas regiões subiu de 6 mil milhões para 26 mil milhões de dólares.

Para o Presidente venezuelano, Hugo Chavez, que presidiu aos trabalhos do encontro, África e a América do Sul têm condições para se afirmarem juntas como uma verdadeira potência mundial. Nesse sentido, Chavez pretende reforçar os laços com África, tendo anunciado a assinatura de acordos para a exploração de recursos naturais em várias nações da costa ocidental de África, região para a qual prometeu ajudas para o sector agrícola.



Tomada de Posse de Malan Bacai Sanhá

O vencedor das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, Malan Bacai Sanhá, tomou posse como Presidente do país no passado dia 8 de Setembro. No seu discurso inaugural, Sanhá assegurou, que pretende inaugurar uma nova página na política guineense baseada no diálogo entre todos os actores sociais e políticos num Estado em que a vida humana deve ser respeitada como o valor mais sagrado. Sanhá disse ainda que trabalhará activamente durante o seu mandato, com o objectivo de banir definitivamente da a violência como forma intervenção na vida pública do país.

Num sinal de apoio internacional ao novo Presidente, estiveram presentes na tomada de posse vários dirigentes da região, nomeadamente, o Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires, do Senegal, Abdoulaye Wade, da Gâmbia, Yaya Jameh, da Nigéria, Umaru Yar'Adua, do Burkina Faso, Blaise Campaoré e da República Árabe Sarauí Democrática, Mohamed Abdelaziz. A presença do representante sarauí provocou um profundo mal-estar em Marrocos, país que apoiou o ex-presidente Koumba Yalá.

Ali Bongo vence Eleições no Gabão

Ali Ben Bongo venceu as eleições presidenciais de 30 de Agosto, marcadas antecipadamente devido à morte de Omar Bongo, pai do actual Presidente eleito, com 41 % dos votos.

O processo eleitoral decorreu de forma pacífica. Porém, durante a fase da contagem dos votos, o clima tornou-se mais tenso com três candidatos a proclamaram vitória: Ali Ben Bongo; o antigo ministro do Interior, André Mba Obame; e o líder veterano da oposição Pierre Mamboundou.

Conhecidos os resultados, registaram-se actos de violência em Port Gentil, com centenas de pessoas a protestarem contra a eleição de Ali Bongo como Presidente. Estes incidentes atingiram o Consulado francês em Port Gentil, o qual foi incendiado, o que obrigou a França a deslocar, do seu contingente sediado em Libreville, tropas para esta cidade. Segundo membros da oposição gabonesa, a França terá ajudado à eleição de Ali Bongo, acusação refutada por Paris. Os ataques a interesses franceses fizeram temer a repetição dos acontecimentos na Costa do Marfim após a morte de Félix Houphouët-Boigny.

Com vista a obter apoio dos seus congéneres regionais, Ali Bongo realizou, antes da tomada de posse, um périplo por vários países africanos, nomeadamente Angola, Chade e São Tomé e Príncipe, com vista credibilizar a sua posição.

África do Sul e Angola Reforçam Relações

O Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, realizou em Agosto, a Angola a sua primeira visita de Estado desde que, em Maio, tomou posse. Acompanharam-no 11 ministros e 171 empresários, num claro indício da decisão de Pretória da necessidade de reforçar as relações com Luanda. Com esta visita, Zuma pretendeu transmitir às autoridades angolanas a importância que o seu país atribui a um bom relacionamento com Luanda.

O objectivo desta visita teve duas componentes essenciais, a económica e a política. Devido aos enormes recursos que Angola tem, existe um enorme interesse do sector privado sul-africano em se envolver no processo de reconstrução. Hoje em dia, o enorme processo de reconstrução das infra-estruturas do país está nas mãos de empresas chinesas, portuguesas e brasileiras.

Os empresários sul-africanos pretendem utilizar a sua proximidade como mais valia para reforçarem a sua posição no mercado angolano, estando especialmente interessados nas áreas da construção e energia. Esta ofensiva sul-africana poderá representar um sério desafio para as empresas portuguesas que estão em Angola. Face às pretensões sul-africanas, Angola prometeu criar as condições políticas, jurídicas e financeiras para que os operadores económicos nacionais e sul-africanos possam explorar as novas relações bilaterais.

Do ponto de vista político, esta visita oficial destinou-se a ultrapassar a frieza tradicional das relações entre a África do Sul e Angola. Mesmo depois do fim do apartheid, as relações entre ambas as partes nunca foram fáceis. Após o forte apoio que Luanda prestou à luta do ANC, as autoridades angolanas esperavam contar com Pretória para enfrentar a UNITA. Porém, a posição de alguma imparcialidade adoptada por Nelson Mandela em relação ao conflito angolano, irritou profundamente Luanda. Esta situação agravou-se quando Mandela tentou interferir no processo de paz angolano, convidando inclusivamente Savimbi para ir a Pretoria.

A visita do presidente Zuma está também a ser vista como um passo para reanimar as relações entre a África do Sul e Angola após um certo arrefecimento durante a presidência de Thabo Mbeki. As posições divergentes entre Mbeki e José Eduardo dos Santos em relação a diversos problemas na África Austral, nomeadamente no Zimbábue e na República Democrática do Congo, não favoreceram uma grande aproximação.

No final da visita e, para além do reforço das relações económicas e comerciais, os Presidentes dos dois países concordaram em adoptar posições comuns na região, nomeadamente no seio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e em questões fundamentais na esfera internacional, nomeadamente na reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e das instituições de Bretton Woods.



Relatório Doing Business 2010

O Banco Mundial e a Sociedade Financeira Internacional apresentaram o relatório "Doing Business 2010: Reforming through Difficult Times". O Relatório analisa a regulamentação aplicável às empresas de uma economia durante o seu ciclo de vida, incluindo o arranque e operações, negócios transfronteiras, pagamento de impostos e encerramento de empresa. Doing Business não avalia todos os aspectos do ambiente de negócios que são importantes para as empresas e os investidores. Por exemplo, não avalia segurança, estabilidade macroeconómica, corrupção, nível de competências ou a solidez dos sistemas financeiros.

Pela primeira vez uma economia da África Subsaariana, o Ruanda, aparece como o principal reformador de regulamentação de empresas, tornando mais fácil abrir uma empresa, registar propriedade, proteger investidores, comercializar através das fronteiras e ter acesso ao crédito.

As Maurícias, país classificado como 17º entre 183 economias abrangidas pelo relatório, é pela segunda vez consecutiva, a melhor economia subsariana, em termos gerais de facilidade de regulação para fazer negócios. Adoptou uma nova lei de insolvências, criou nos tribunais um departamento especial para assuntos comerciais, facilitou as transferências de propriedade e acelerou os processos de importação e exportação.

Segundo o mesmo documento, o Burkina Faso figura entre os cinco melhores países reformadores da África Subsariana. Assim, na classificação geral do Doing Business 2010, este país ocupa a 147ª posição dos 183 países classificados, ou seja uma progressão de oito lugares, comparativamente ao ano 2009.

No que diz respeito aos países africanos lusófonos, a melhor classificação, na lista relativa à facilidade de fazer negócios, é a de Moçambique em 136º, Cabo Verde aparece em 147º lugar, Angola em 170º, São Tomé e Príncipe em 181º e a Guiné-Bissau em 182º.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191- 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05